



**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 55ª
(QUINQUAGÉSIMA QUINTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

EM 24 DE JUNHO DE 2008.

59

158

217 *laudas*

Publicação conferida no JOL nº 150, de 26/08/08.
Serviço: *laudas* Matrícula: *1173737*



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	1

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Registro a presença da Deputada Luzia de Paula, do Deputado Chico Leite, do Deputado Batista das Cooperativas e do Deputado Milton Barbosa.

Convido a Deputada Luzia de Paula a secretariar os trabalhos da Mesa.

Aproveito o momento para fazer uma saudação aos donos de quiosques e *trailers* que se encontram na galeria. Sejam bem-vindos à Casa Legislativa. Durante esta tarde, discutiremos questões de interesse da categoria de vocês.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSL. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma saudação aos trabalhadores dos quiosques que estão presentes na galeria. Quero dizer que estamos do lado de vocês. Tenham a certeza da vitória. Esperamos que todos saiam satisfeitos após essa jornada e o enfrentamento desse desafio.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Dá-se início aos
Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	2

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 140, de 12/08/2008, juntamente com a ata sucinta da 55ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Esta Presidência informa que houve uma retificação na Ordem do Dia com a retirada do Item nº 7, que trata da apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2007. Esse projeto já foi apreciado por este Plenário.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas referir-me ao que V.Exa. disse antes, quando saudou todos os trabalhadores e trabalhadoras aqui presentes.

Então, faço essa saudação. Nós do Partido dos Trabalhadores esperamos que o Governo não faça o que já fez em outros projetos, como o chamado PL das Igrejas, mandando uma mera carta de intenções, traindo a expectativa de trabalhadores e trabalhadoras. Nós do PT queremos que esses trabalhadores e trabalhadoras tenham os seus espaços lícitos para trabalhar e cuidar de suas famílias.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Anuncio a presença do Deputado Reguffe e do Deputado Brunelli. Portanto, já há *quorum* para os Comunicados de Líderes e de Parlamentares.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Estão inscritos, na seguinte ordem, os Líderes: Deputado Reguffe, Deputado Milton Barbosa, Deputado Cabo Patrício, Deputado Rogério Ulysses, Deputado Batista das Cooperativas, Deputado Benício Tavares e Deputado Leonardo Prudente.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, população presente na galeria desta Casa. O que me traz a esta tribuna na tarde de hoje é a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Cemitérios. Tenho o orgulho de ter sido o autor do pedido de criação, autor do requerimento que propiciou a instalação dessa CPI. No início, muita gente falava que essa comissão não era necessária. Houve até algumas piadas, como a que morto não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	3

vota. Eu sempre rebatia e dizia que não estava tratando de morto, e sim da dor e do sentimento dos vivos que, muitas vezes, estavam sendo desrespeitados. Fui ao Cemitério de Taguatinga e constatei as graves denúncias que originaram essa CPI. Não há nada que justifique, que torne aceitável, uma pessoa enterrar um ente querido e depois, num momento de dor e saudade, ir ao cemitério visitá-lo e descobrir que ele não está mais lá porque a administração do cemitério achou por bem vender aquele espaço a outra pessoa. Não há nada que justifique isso! Eu espero que, ao final dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, que teve o mérito de tornar transparente para toda a população do Distrito Federal uma série de coisas que acontecem e aconteceram há anos nos cemitérios e nas funerárias do Distrito Federal, que ninguém sabia, que todos desconheciam, tenhamos resultados práticos e objetivos. O primeiro deles é que se coloque um fim, um ponto final nessas remoções criminosas de ossadas, para que as famílias do Distrito Federal não sejam mais desrespeitadas como foram. Esse é um tema às vezes distante, quando não acontece com a nossa família. Se um dia qualquer um de nós enterrar um ente querido, pagar por aquele espaço, e depois, num momento de saudade, for visitá-lo e descobrir que ele não está mais lá porque a administração do cemitério achou por bem retirá-lo e vender aquele espaço para outra pessoa, irá se revoltar. Como representantes da população, representantes públicos, temos a obrigação de sentir a dor de outros, a dor da população. O segundo resultado prático é que haja uma queda brutal nos preços dos enterros do Distrito Federal, preços abusivos. O terceiro resultado prático é que seja cassada a concessão da empresa que administra os cemitérios do Distrito Federal. Concessão não é propriedade, concessão de serviço público é dada para a empresa concessionária prestar um serviço à população. Se não estiver prestando o serviço com qualidade, tem-se que cassar a concessão da empresa. E isso vale para os cemitérios, como também, em minha opinião, para o transporte público desta cidade, que a população inteira considera uma porcaria, e ninguém cassa as concessões. Aliás, Brasília é o único lugar do mundo – não só do Brasil – onde dono de empresa de ônibus fica tão rico que vira dono de empresa de aviação. E a população inteira acha o transporte público uma porcaria.

Espero que haja uma queda brutal nos preços praticados para se enterrar uma pessoa. Espero que isso sirva de exemplo e que nunca mais tenhamos remoção criminosa de ossadas. E espero que seja cassada a concessão dessa empresa.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO REGUFFE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, eu queria observar a V.Exa. que o ideal é ir mais além. Precisamos reestatizar os cemitérios. A dor das pessoas não pode ser, em hipótese alguma, instrumento de lucro. Nós só vamos operar essa correção quando não for mais concessão, nem autorização, nem permissão, mas, sim, quando o Estado cuidar disso, quando o GDF



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	4

voltar a assumir as suas responsabilidades. É isso que pessoalmente tenho pregado: a reestatização dos cemitérios.

DEPUTADO REGUFFE – Agradeço o aparte de V.Exa., Deputado Chico Leite.

Para concluir, Sr. Presidente, eu queria dizer que, não só em relação aos cemitérios, mas também em relação às funerárias, espero que as coisas sejam diferentes daqui por diante.

Quero parabenizar a ação do Governo, que agora está tentando fazer essa licitação. Só espero que a faça, porque há dez anos dizem que vão fazer e ninguém, até agora, fez absolutamente nada. E a população quer um resultado prático. E eu como cidadão já estou cansado de ver iniciar CPI, terminar CPI e não se chegar a um resultado prático, objetivo para a população.

Espero que, ao final dessa CPI, tenhamos uma licitação no setor funerário, a cassação da concessão dessa empresa, uma queda brutal nos preços abusivos que são praticados para se enterrar uma pessoa no Distrito Federal e uma conservação dos cemitérios um pouco mais respeitosa com a dor e com os sentimentos de várias famílias do Distrito Federal, que ali enterraram seus entes queridos. Para mim, não há nada que justifique a remoção criminosa de ossadas, tanto do ponto de vista legal, quanto, principalmente, do ponto de vista moral.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Pois não, Deputado Reguffe.

Anuncio a presença dos seguintes Deputados: Rogério Ulysses, Paulo Roriz, Eliana Pedrosa e Alfrío Neto, Presidente desta Casa.

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Assessores, membros da imprensa, companheiros da galeria, que estão, de forma ansiosa, aguardando a discussão e a votação do projeto que regulamenta os quiosques, *trailers* e similares, contem conosco. Como eu disse agora de manhã a um grupo que estava ali: podem contar com os 24 Deputados, porque é dever deles apoiar as causas populares, as questões que dizem respeito à população, principalmente de quem tem quiosques, *trailers* e similares, que sempre vivenciou e exercitou suas atribuições, suas atividades, com medo: hora de ser fechado, de ser retirado, de mudar de lugar. Então, vocês podem contar conosco, com os 24 Deputados presentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero também desejar boa-tarde ao nosso telespectador! Sempre cumprimentamos os Parlamentares, a imprensa, os assessores, quem está na galeria do plenário, e esquecemos o nosso telespectador, que é o vigia constante das nossas atividades aqui. Enganam-se aqueles que acham



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	5

que a comunidade não assiste às nossas sessões. Nossos telespectadores são os nossos eleitores, aquelas pessoas que nos enviaram para cá com seus votos.

Quero dizer ainda que fui procurado, na semana passada, por um grupo de policiais militares, oficiais e praças para tratar de um projeto que altera a lei que concedeu o risco de vida aos policiais civis, militares e bombeiros militares. Eu quero comunicar a quem me procurou – e refiro-me especialmente ao oficial muito zeloso chamado Renato Fernandes Azevedo, Coronel Azevedo, bem como a todos os policiais que me procuraram – que nós votamos na Comissão de Constituição e Justiça, hoje, parecer favorável da Deputada Eurides Brito ao projeto que prevê a alteração dessa lei. Assim, esperamos que a matéria seja, de fato, colocada rapidamente em votação, porque disso depende que alguns sejam beneficiados.

DEPUTADO PAULO RORIZ – Permite-me V.Exa. um aparte, Deputado?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Ouço o aparte do Deputado Paulo Roriz, com muita honra.

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado Milton Barbosa, eu quero aproveitar e manifestar minha solidariedade a V.Exa., bem como dizer a todos os quiosqueiros e aos proprietários de *trailers* aqui presentes que podem contar com o meu voto e o meu apoio para a legalização dos quiosques e dos *trailers*.

Agora, é bom que se diga que esse projeto, Deputado Milton Barbosa, é um projeto não só do Governo, mas de todos os Parlamentares! Não será somente um Deputado, que é Secretário de Governo, o responsável por esse projeto. Todos os Parlamentares desta Casa estão com vocês. Não é somente um Deputado, não é somente um Secretário que está ao lado de vocês! Todos os 24 Parlamentares estão ao lado de vocês! Porque o que está sendo dito, Deputado Milton Barbosa, é que somente um Deputado, que hoje é Secretário...

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Como é o nome de S.Exa.?

DEPUTADO PAULO RORIZ – Ah! Eu não lembro! Esqueci!

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Vamos falar o nome de S.Exa.!

DEPUTADO PAULO RORIZ – Mas me lembre do nome de S.Exa...

DEPUTADO MILTON BARBOSA – V.Exa. pode falar o nome!

DEPUTADO PAULO RORIZ – Deputado Milton Barbosa, pode-se dizer que todos nós Parlamentares somos favoráveis à legalização dos *trailers* e quiosques.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Muito obrigado, Deputado Paulo Roriz.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, para encerrar, quero fazer um convite a todos os Parlamentares, principalmente quem milita mais na área de Ceilândia: amanhã, a Comissão de Assuntos Sociais, que tenho a honra de presidir, realizará



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	6

uma reunião itinerante lá no Setor O, entre Ceilândia Norte e o Setor O, ao lado do BRB. Vamos para lá a fim de possibilitar que o morador seja ouvido lá onde ele mora, porque ele tem dificuldade de chegar aqui, de se deslocar para cá. Então, vamos para lá.

Deputada Eliana Pedrosa, a quem aproveito para cumprimentar por sua volta a esta Casa, como eu disse aqui, a CAS amanhã irá votar, lá em Ceilândia, o mérito do projeto de combate à pobreza, de transferência de renda, e outro projeto que não me ocorre agora, de que V.Exa. tem muita...

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Programa Vida Melhor.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sim! O Programa Vida Melhor, sobre o qual V.Exa. tem muita responsabilidade, pois ajudou a formulá-lo. Quero me congratular com V.Exa., Deputada Eliana Pedrosa, pela apresentação desses projetos, pois eu sei que saíram de sua equipe. Esta Casa sente-se honrada com sua volta, ainda que saibamos que poderá ser breve. Sempre que V.Exa. voltar, terá a nossa solidariedade, o nosso apoio.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Permite-me V.Exa. um aparte?.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Deputado Milton Barbosa, eu fui citada e gostaria de registrar aqui, de público, para todos os colegas e para todos que neste momento participam desta sessão ordinária, a importância do papel de V.Exa. na construção desse projeto de Fundo de Combate à Pobreza. Com sua vasta experiência, Deputado Milton Barbosa, conhecedor da questão que é, V.Exa. levou ao Governador um pedido para que preparássemos esse projeto a fim de que os recursos, que já não são tantos e ficam esparsos e distribuídos por todas as secretarias, pudessem ser organizados num fundo. E este seria o grande “guarda-chuva” dos recursos para a aplicação na área social.

Eu acho que o Distrito Federal dá um grande salto com isso, e quero fazer justiça ao Idealizador, a quem buscou, junto ao Governo, junto ao Poder Executivo, que esse projeto fosse desenvolvido e chegasse a esta Casa. Isso para que a população mais carente do DF possa ter mais recursos, aplicados de maneira mais justa, atendendo a todos que deles precisam.

Então, eu quero registrar aqui meu profundo respeito pelo seu posicionamento, Deputado Milton Barbosa, de insistir para que o Governo tivesse um grande “guarda-chuva” financeiro para os programas sociais.

O mérito é seu, Deputado Milton Barbosa!

Eu espero que muito em breve esta Casa tenha a oportunidade de votar esse projeto e que ele se torne lei no Distrito Federal!

Muito obrigada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	7

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, para encerrar, quero dizer à Deputada Eliana Pedrosa da alegria que sentimos pela sua volta.

E gostaria ainda de rogar a esta Casa que retome a normalidade legislativa, obedecendo a todas as instâncias que o processo legislativo contempla.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Agradeço ao Deputado Milton Barbosa.

(Assume a Presidência o Deputado Alírio Neto.)

DEPUTADO PAULO RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo RORIZ.

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Alírio Neto, Deputada Eliana Pedrosa, em nome de toda a Bancada dos Democratas, nosso partido, eu desejo a V.Exa. um bom retorno a esta Casa. Boas-vindas! Desejamos a V.Exa. todo o sucesso naquilo que possa nos ajudar nesta Casa de leis!

Aproveito a oportunidade para comunicar aos Srs. Parlamentares que a nobre Deputada Eliana Pedrosa assumirá, neste momento, a Liderança do nosso Partido nesta Casa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço minhas as palavras do Deputado Paulo RORIZ.

Já tendo conversado com os Deputados do Bloco, considerando a saída do Deputado Raad Massouh, quero dizer que estamos só aguardando o documento para formalizar isto: junto com os demais Deputados, indicaremos a Deputada Eliana Pedrosa Líder do Bloco.

Manifestamos também nosso carinho, apreço e respeito pelo trabalho da Deputada, que certamente vem abrilhantar e dar sua contribuição aos trabalhos da Câmara Legislativa nesta semana.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – A Presidência aproveita para saudar a Deputada Eliana Pedrosa por seu retorno e dizer que nós temos muito trabalho pela frente para concluir a pauta desta semana e concluir os trabalhos deste



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	8

semestre. Temos certeza de que o retorno de S.Exa., com a experiência e o conhecimento que tem, colaborará bastante para que possamos chegar ao nosso objetivo.

Aproveito também para saudar os pequenos empresários da área de comércio, em especial de quiosques e *trallers*, que estão nesta Casa. Quero dizer que vocês são muito bem-vindos ao Poder Legislativo! O projeto que interessa especificamente à sua categoria já foi lido. Estamos aguardando vencer o prazo para as emendas, para aperfeiçoamento, e conversando com as Lideranças. Podem ter certeza de que, em breve, da Câmara Legislativa sairá uma proposta razoável e de bom-senso para que o segmento tenha paz, definitivamente, para desenvolver o seu trabalho, totalmente legalizado.

Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pessoas presentes na galeria que trabalham em pequenos comércios chamados de *trallers* – na verdade, são grandes porque são muitos –, pessoal da imprensa, boa-tarde.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. "trailistas", Srs. empresários, subo a esta tribuna para falar da simpatia que tenho pelo trabalho dos senhores e das senhoras presentes. É de conhecimento de todos os senhores que o PDL do Gama foi o primeiro que aprovamos nesta Casa, em cujo texto pôde-se constar a continuidade dos *trallers*, conforme aquela medida provisória do Lula que dava garantia, no Ministério das Cidades, às áreas públicas ocupadas. Nessa medida provisória, amarramos o PDL. Também garantimos isso no PDL do Guará — inclusive, a Deputada Eliana Pedrosa e a então Deputada Arlete Sampaio, que era Relatora do PDL. Assim, ninguém pode mexer com vocês, a não ser em um ou outro caso esporádico.

O Governador Arruda, muito sensível ao problema, quis regularizar a questão e mandou para esta Casa um projeto que, pelo visto, pelo pedido de apoio de vocês, é sinal de que S.Exa. está de acordo com todos os senhores e senhoras. Estou pronto para votar. Não tenho dificuldade nenhuma para isso.

Já foi dito aqui antes e não posso deixar de falar também que, se existe o mérito do Governador, existe também o dos Deputados, que vão votar e bancar o Governo. Somos a bancada de sustentação do Governo. Quem banca aqui são os Deputados, não são os que estão fora daqui, não. Os que estão fora daqui fizeram a opção por serem secretários. Assusta-me quando um Secretário é delegado para proceder à regularização. Quem vai regularizar são os Deputados. É aqui que será feita a regularização, com o nosso voto. Podemos comer pau, pedra, sofrer críticas disso ou daquilo, do Ministério Público ou não sei de quem, mas votamos o que o Governo manda para cá. Somos nós que bancamos. Um Secretário não pode tirar proveito depois, receber todos os dividendos e falar para vocês que vai regularizar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	9

Quem vai regularizar é a Câmara Legislativa, são os Deputados aqui. Então, vocês têm aqui, no mínimo, vinte e quatro aliados, que estão com vocês com certeza. Levem esse pensamento com vocês. Quem os ajudou foram os Deputados que estão votando aqui. Os outros estão tirando proveito da situação, querendo se mostrar etc. Esse mérito, eles não podem levar, não. Quem tem mérito são os Deputados. Nós é que estamos, no dia-a-dia, escutando vocês e a comunidade.

Vocês desenvolvem uma função social. Se gerarem um emprego só, já está bom de mais, porque é menos um problema para o Governo. Aliás, são menos dois problemas, porque vocês estão empregados e há menos um desempregado; então, são dois problemas a menos para o Governo. Um só representa dois, fora alguns empreguinhos que vocês geram mais. Tenho certeza disso.

Então, só subi a esta tribuna para fazer justiça aos Deputados que estão aqui. Fizeram opção por serem Deputados e vão bancar esse projeto. Desculpem-me por eu correr atrás do rabo, ser redundante, mas o mérito é dos Deputados. Desculpe-me o Governador, mas S.Exa. foi infeliz quando disse que fulano de tal iria entregar o direito dos *trailers*. Nós é que vamos votar, então nós é que vamos bancar, ouvir as críticas e agüentar as conseqüências. Se for vetado, nós que teremos a responsabilidade de manter ou não as emendas que vierem aqui para melhorar e aperfeiçoar o projeto.

Contem conosco, contem comigo e com toda a Bancada do Governo, pois tenho certeza de que votaremos com vocês. Muito obrigado.

DEPUTADO PAULO RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, de acordo com o cronograma de eventos relacionado à tramitação do Projeto de Lei nº 856, de 2008, a reunião para apreciação do parecer geral estava marcada para as 10h30 de hoje; porém, tendo em vista a grande quantidade de emendas apresentadas pelos Srs. Parlamentares, mesmo trabalhando durante toda essa madrugada, não foi possível encerrarmos os trabalhos, sendo adiada a reunião. Aliás, eu quero fazer um agradecimento a todos os membros da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, ao servidor Cleiton, ao servidor Roberto, a todos os servidores desta Comissão e ao Vileman, que nos deu apoio também. Com o esforço de todos os membros, Deputado Chico Leite, Deputado Milton Barbosa e Deputado Paulo Tadeu, conseguimos concluir o nosso parecer nas primeiras horas de hoje. Com relação às emendas, temos de informar que foi construído um amplo acordo, em exaustivas reuniões na sexta-feira, com a presença dos representantes do Poder Executivo, da Mesa Diretora e dos Parlamentares. Com isso, Sr. Presidente, já temos plenas condições de apreciar o parecer geral ao Projeto de Lei nº 856, de 2008.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	10

Assim, com base no art. 78, inciso XXV, do Regimento Interno desta Casa, convoco uma reunião extraordinária da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças para logo mais, assim que for encerrada esta sessão ordinária aqui no plenário, para tratar exclusivamente do parecer geral ao Projeto de Lei nº 856, de 2008, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2008".

Agradeço a todos os Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Certo, Sr. Deputado.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	11

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº140, de 12/08/2008, juntamente com a ata sucinta da 55ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, boa-tarde. Há muito tempo eu não venho a esta tribuna, em função do trabalho que vem sendo desempenhado frente à CPI dos Cemitérios. Mas eu não poderia deixar de falar hoje, em especial, aos proprietários de quiosques e *trailers* do Distrito Federal. Esses trabalhadores, durante muito tempo, foram marginalizados no Distrito Federal e ficaram à mercê do humor dos administradores regionais. Quando o administrador regional acordava de mau humor, ele escolhia um *trailer* para perseguir, para incomodar e pedir documentação. Muitas vezes, quando o administrador não ia com a cara do dono do *trailer*, ele mandava derrubar. Eu já vi isso acontecer, inclusive na cidade onde moro, São Sebastião.

Hoje, a Câmara Legislativa do Distrito Federal tem uma responsabilidade muito grande, que é garantir a estabilidade, permitir que esses trabalhadores possam deitar a cabeça no travesseiro, à noite, com tranqüilidade, sem medo de que, amanhã ou depois, um fiscal ou um administrador que acordou de mau humor, seja lá por que motivo, vá perseguir um pai ou uma mãe de família.

Agora, é necessário ter responsabilidade neste momento. Não adianta vir aqui fazer demagogia com uma proposta séria como essa. Esses profissionais, esses trabalhadores, precisam ser ouvidos. Esta Casa precisa ter a sensibilidade de apresentar emendas ao projeto que adéqüem a proposta Inicial do Executivo à realidade, à necessidade real dos trabalhadores de *trallers* e quiosques.

Eu, particularmente, pretendo apresentar uma emenda que garanta aos proprietários de *trailers* e quiosques que já tiveram seus *trailers* derrubados prioridade e preferência na proposta de construção de novos *trallers*, porque muitos já foram prejudicados. Várias pessoas aqui presentes estão defendendo os *trallers* e os quiosques que têm, mas, dentre elas, muitas já viram os seus *trailers* e quiosques irem para o chão de maneira arbitrária e abusiva. Quero aqui reafirmar esse compromisso.

Eu, o Deputado Paulo Tadeu e o Deputado Dr. Charles realizamos uma audiência pública no Centro de Convenções, em que compareceram mais de mil trabalhadores, e iniciamos esse debate.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	12

Estivemos no Buritlinga, na ocasião em que o Governador se comprometeu a enviar a esta Casa um projeto, e agora vamos estar à frente desse processo, debatendo e ouvindo a categoria para que vocês tenham a garantia de que as emendas melhorarão o projeto e de que ele vai atender às suas reivindicações.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa um aparte?

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Rogério Ulysses, eu já tive oportunidade, ainda durante esta sessão, de dizer aos trabalhadores e trabalhadoras que nós do Partido dos Trabalhadores temos um lado, que é o lado do trabalhador e da trabalhadora. Temos procurado chamar a atenção, e eu lembro que, no projeto de lei que tratava das igrejas, cheguei a dizer isto em vários debates nossos: não façam falsas promessas; não tragam falsas expectativas ao trabalhador, à trabalhadora e à sua família; não enganem com meras cartas de intenções o trabalhador e a trabalhadora, que só querem, efetivamente, ganhar o pão de cada dia de seus filhos de forma lícita, sem ter que trocar a bandeira vermelha, verde ou azul de acordo com o governo de plantão, como se o Governo estivesse fazendo favor.

Quero dizer ao Governo que vamos levar a sério qualquer projeto que ofereça condições ao trabalhador de trabalhar, mas não admitiremos nunca que isso possa trazer ao trabalhador e à trabalhadora falsas expectativas, promessas vãs, enganos, engodos. E este Governo, lamentavelmente, Deputado Rogério Ulysses, já fez isso com as igrejas, já fez isso no passado com promessas a servidores públicos e a policiais.

Nós do Partido dos Trabalhadores não deixaremos que façam o mesmo com trabalhadores e trabalhadoras. A nossa responsabilidade é maior e, às vezes, em determinados momentos, somos até antipáticos, mas para garantir ao trabalhador e à trabalhadora que ele ganhe o pão de cada dia e crie sua família sem precisar de favores do Governo ou de administradores de plantão.

Muito obrigado.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Agradeço o aparte do Deputado Chico Leite.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES – Permite-me V.Exa um aparte?

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Rogério Ulysses, eu gostaria de fazer um apelo à Presidência desta Casa, como Relator da comissão do mérito, que é a Comissão de Assuntos Fundiários. Nós precisamos do Presidente para dar uma resposta aos amigos que estão na galeria. Então, solicito que S.Exa. faça um cronograma, pois temos poucos dias para analisar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	13

o projeto e as emendas que poderão surgir a tempo de votarmos essa matéria antes do encerramento do período legislativo.

Nesse sentido, coloco-me, como Relator, favorável à aprovação da matéria antes do encerramento do semestre e peço à Presidência, à Mesa e ao Líder de Governo, Deputado Leonardo Prudente, que possibilitem esse cronograma para apreciarmos esse projeto rapidamente, antes do término do período legislativo.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Deputado Benício Tavares, parablenzo V.Exa. por essa postura. V.Exa., de certa forma, abreviou o apelo que farei neste momento. Apelo à Presidência e ao Relator para que, nestes dois dias que ainda temos, façamos um esforço concentrado para aprovar esse projeto antes do recesso parlamentar e garantir a esses trabalhadores a dignidade, a segurança e a tranqüilidade necessárias para desempenharem seus trabalhos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, saúdo os companheiros dos *trailers*, quiosques e similares que aqui estão fazendo uma justa pressão. Coloco, na mesma linha do Deputado Rogério Ulysses, que temos de apreciar o projeto de regularização desses trabalhadores, que geram renda para o Distrito Federal: pagam suas taxas e impostos em dia e trabalham na formalidade ao invés de sonegarem para o Estado.

É preciso que façamos isso com toda a responsabilidade e todo o cuidado. O Ministério Público fez pressão para que se chegasse a esta situação, à mercê dos administradores das cidades satélites.

Esta Casa votou a lei dos "puxadinhos", que regularizou, na Asa Sul, a ampliação e a invasão de área pública, porque os Parlamentares sabem que temos de nos adequar à modernidade e ao progresso do Distrito Federal. Por que se aprova a ampliação dos "puxadinhos", e não se pode regularizar a situação dos companheiros dos *trailers*, quiosques e similares nas cidades satélites, nas regiões de baixa renda? É importante que façamos essa regularização. É importante que os vinte e quatro Parlamentares se empenhem no estudo desse projeto.

Companheiros, o projeto que veio do Executivo não atende a vocês por completo. Tanto é assim que muitos dos companheiros, de forma organizada, já apresentaram à Liderança do Partido dos Trabalhadores e de outras bancadas e blocos partidários propostas de emendas ao projeto.

Estamos dispostos a nos sentar com a Liderança do Governo, com os técnicos do Governo, com o Ministério Público para que façamos o projeto da melhor forma possível. A Bancada do Partido dos Trabalhadores tem o compromisso de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	14

legalizar e regularizar, de fato, e não fazer o que foi feito com o projeto relativo às igrejas, cuja regularização até hoje não se conseguiu.

É importante que, numa regularização, sejam cumpridos todos os requisitos formais da legislação para que, depois de plantada a esperança da regularização e aprovada por esta Casa, não venha o Ministério Público ou qualquer outra entidade apresentar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade e para que vocês não tenham a esperança roubada pelo sonho com a aprovação, nesta Casa, de uma lei que não atenda a legislação. É bom que isso fique claro.

Com relação às igrejas, os templos religiosos e as entidades sociais, muito foi debatido nesta Casa, mas com o aqodamento e a pressão de se fazer a apreciação do projeto o mais rápido possível; tudo isso criou mais esperança, e o sonho não se tornou realidade. Tanto é assim que, até hoje, o projeto que trata da questão das igrejas ainda se encontra na TERRACAP, nem voltou a esta Casa.

Com a organização e a mobilização dos companheiros dos *trallers* de todas as cidades satélites, com certeza, os vinte e quatro Parlamentares – comprometidos com o Distrito Federal, com o progresso, com a geração de emprego, com os trabalhadores – vão viabilizar um projeto que atenda a todo o segmento de *trallers*, quiosques e similares.

Por isso, companheiros, vocês têm de continuar organizados, firmes nessa luta, diuturnamente, vindo a esta Casa, conversando com todas as lideranças partidárias, com todos os Parlamentares, independentemente da sigla partidária e da coloração ideológica, porque o que está em jogo é o emprego de cada um de vocês, é o futuro das cidades do Distrito Federal e o futuro de seus filhos porque, atrás de cada um dos que aqui estão, existe, sim, uma família.

Então, que os Parlamentares se sensibilizem e, da mesma forma como se preocuparam com os bares, restaurantes e similares aqui da Asa Sul, preocupem-se também com a população de baixa renda das cidades do Distrito Federal.

Contem com o apoio e a solidariedade da Bancada do Partido dos Trabalhadores até a vitória de vocês, com a aprovação da matéria!

Muito obrigado.

DEPUTADO PAULO RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, cometi uma injustiça e quero comunicá-la à Mesa. Quando fiz o agradecimento aos membros da Comissão, deixei de citar uma pessoa a quem peço desculpas: o Dr. Arlécio Gazal, que também nos ajudou muito para que pudéssemos elaborar a LDO e entregá-la a esta Casa da forma como está.

Portanto, perdoe-me, Dr. Arlécio, por ter esquecido o seu nome.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	15

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas. (Pausa.)

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	16

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº140, de 12/08/2008, juntamente com a ata sucinta da 55ª Sessão Ordinária.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Charles.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, imprensa, pessoas que estão na galeria, saúdo a todos os meus amigos quiosqueiros. Realmente, estamos juntos. Quero falar apenas algumas palavras porque já tenho estado tanto tempo com vocês... Quero reiterar o meu compromisso diuturno com vocês. Contem comigo para que vocês, num tempo muito breve, estejam trabalhando em seus quiosques tranqüilamente.

Um abraço.

Que Deus abençoe a todos vocês.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, prezados colegas, imprensa, turma da galeria, turma dos quiosques. Para todos, o meu boa-tarde. É uma satisfação muito grande retornar à Câmara Legislativa, instituição tão importante para a sociedade. Prova disso é a galeria de hoje. Tive a oportunidade de ficar um ano e meio à frente da Secretaria de Desenvolvimento Social, por isso sei da importância de se garantir o trabalho honesto, de se dar perspectiva para que as pessoas ganhem com o seu próprio trabalho o pão de cada dia.

Então, quero dizer do meu compromisso e do meu posicionamento para que possamos realmente oferecer um complemento a tudo o que foi feito pelo Governador Arruda na construção deste projeto a fim de que cada um de vocês tenha a tranqüilidade de voltar para casa e dizer que poderão sustentar suas famílias com dignidade, com o suor do trabalho de vocês. Muitos de vocês proporcionam, além da sua própria promoção, a promoção de outras pessoas que trabalham com vocês nos quiosques. Então, é importante que vocês acompanhem todo o processo. O Deputado Cabo Patrício falou uma coisa muito importante, que não pode ser esquecida. O que queremos é construir um projeto que redunde em uma lei que seja



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	17

constitucional, que seja respeitada, que não seja questionada. Às vezes, temos que ter flexibilidade, temos que ceder a algumas coisas de que gostaríamos. Quero dizer que estamos aqui para levar essa informação a cada um de vocês e para fazer com que a lei que resulte desta votação seja uma lei aplicável e que dê segurança para todos.

Aproveito para parabenizar todos os Deputados desta Casa, em especial, os Deputados que compõem a CPI dos Cemitérios. Parabenizo S.Exas. pelo trabalho que estão fazendo, porque esse trabalho desenvolvido na CPI ajuda o Poder Executivo e tem instrumentos diferenciados. S.Exas. conseguem, com a credibilidade que passam, chamar as denúncias que são importantes na elucidação de todos os casos.

Portanto, deixo aqui os meus cumprimentos e expresso o meu orgulho de pertencer a uma Casa que não esconde nada, que procura levar à população o conhecimento de todos os fatos e que, mais do que isso, vai além, propondo sugestões, melhorias.

Sr. Presidente, aproveito este momento para solicitar aos meus Pares a possibilidade da inclusão, na pauta de votação, de um projeto de minha autoria que considero da maior importância. Eu gostaria de vê-lo votado ainda neste primeiro semestre. O projeto defende que todas as empresas que tenham incentivos fiscais, creditícios ou econômicos nesta cidade destinem 5% do valor desses incentivos para serem aplicados em programas de qualificação dos trabalhadores e 5% para serem aplicados em programas de responsabilidade social.

A meta do nosso Governo, a meta de cada um de nós, deve ser trabalhar para diminuir as desigualdades sociais. Portanto, as empresas que têm mais, são grandes e, além de tudo, recebem incentivos do Governo têm que dar a sua contrapartida, têm que ajudar na qualificação profissional, têm que ajudar nos programas de responsabilidade social, têm que fazer o possível para que não fação pão à mesa de nenhum brasileiro.

Portanto, por reputar esse projeto como de grande relevância, solicito aos meus Pares, especialmente ao Presidente desta Casa, Deputado Alírio Neto, que é tão sensível à causa social, que o apreciemos antes de finda esta sessão legislativa. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de saudar a todos e a todas que estão na galeria. Eu gostaria também de dizer do compromisso da Bancada do Partido dos Trabalhadores em regularizar a atividade dos quiosques e dos *trailers* desta cidade. Quero dizer que vocês, acima de tudo, são guerreiros e guerreiras. Guerreiros e guerreiras porque buscam com o seu trabalho diário auferir a renda necessária para o sustento das suas famílias. Guerreiros e guerreiras porque



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	18

já sofreram toda sorte de adversidades. Quantos de vocês não conviveram com o temor de terem o seu local de trabalho fechado e resistiram? Muitos de vocês resistiram anos após anos à necessidade de terem regulamentada a sua atividade.

Portanto, nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores assumimos o compromisso da regularização da atividade dos quiosques. Precisamos, entretanto, ter clareza do projeto para que não se venda "gato por lebre". É preciso que tenhamos claro qual é o projeto urbanístico, qual será a padronização e qual será o custo dos novos quiosques padronizados, para que não inviabilize a participação de muitos de vocês.

Queremos dar voz àqueles que estão ansiosos porque, quando houve a "Lei dos Puxadinhos", havia uma padronização e um projeto urbanístico. Se isso vale para a Asa Sul, que se voltou a um projeto sabendo exatamente qual seria o custo, tem que valer para vocês também, que são empresários.

Não se pode ter segurança, se vocês vão arcar com o custo da derrubada de quiosque que já existe, e não ter condições de construir o que está padronizado. É preciso assegurar, ainda, linhas de crédito subsidiadas; não apenas possibilitar que elas existam, mas, sim, deixar "preto no branco", para que nenhum de vocês seja excluído da regularização porque não tem os recursos necessários para construir o quiosque no prazo estabelecido pelo Governo.

Portanto, estamos nos debruçando neste projeto para que, além disso, tenhamos a renegociação de dívidas abusivas e exorbitantes que pairam sobre alguns de vocês e que vão impedir os que não sabem por que devem tanto de regularizar suas atividades.

Esse é o compromisso do Partido dos Trabalhadores para que vocês tenham segurança no exercício da atividade de cada um de vocês que vieram de muitos cantos deste Brasil para se fixar nesta terra chamada Capital da Esperança, e que merecem do Governo o respeito que vocês adquiriram no exercício da sua atividade.

É preciso, ainda, e já está previsto no projeto, que vocês não sejam deslocados de onde estão para uma distância muito grande! Todos sabem que vocês construíram uma clientela naquele local, e esta clientela tem que permanecer. Não é possível que vocês regularizem a sua atividade em um universo, em um local longe de onde construíram o ganha-pão diário.

Estamos absolutamente comprometidos com vocês, bem como com a aprovação da subemenda que assegura direitos iguais para todos, que assegura a democracia da previdência dos servidores públicos aqui no Distrito Federal.

Não temos nenhuma dúvida de que o Estado é laico, diz a nossa Constituição. O Estado não pode representar as opiniões de cada um. O Estado tem que assegurar que todos possam exercer a liberdade de ser como são, que possam exercer essa liberdade sem dor, e que os direitos sejam garantidos. Acho que esta



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	19

Casa está grávida de um grande avanço na construção da cidadania, com a aprovação desta subemenda.

Por fim, quero dizer que, na última sexta-feira, o Tribunal de Contas do Distrito Federal determinou a suspensão, em caráter cautelar, da privatização do Hospital de Santa Maria. É um progresso para a cidade, para a saúde, para a democracia e derrota para aqueles que querem, utilizando-se de recursos públicos, auferir lucros contra os interesses da população do Distrito Federal.

Muito obrigada.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Berinaldo Pontes.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa e demais pessoas que se encontram nesta Casa, boa-tarde.

Sei que vocês estão aqui hoje reivindicando um legítimo direito. Eu já tive um quiosque na rodoviária de Planaltina. Era uma pequena *bonbonnière*. Não sei se há aqui alguém de Planaltina que sabe disso. Não é fácil abrir um estabelecimento e, no dia seguinte, não saber se poderá abri-lo novamente. Não é fácil conviver com a mudança de Governo, quando dizem que, se um candidato vencer, um direito será retirado; ou, se outro candidato vencer, o direito permanecerá. É ameaça sobre ameaça. Não é fácil ter de trabalhar e, no final do mês, o faturamento ser insuficiente para pagar as despesas do próprio comércio.

O que o Governo precisa entender é que vocês não são megaempresários. Vocês são lutadores que batalham cotidianamente para manter o sustento de suas casas e famílias. Às vezes, sem poder, com muita humildade, contratam o vizinho ou o sobrinho para trabalhar e, com isso, geram empregos que o Distrito Federal e o Brasil não têm gerado. São dificuldades como essas que vocês enfrentam todos os dias. Não é mais possível que uma categoria tão importante, que gera renda e que contribui também para o desenvolvimento do Distrito Federal, trabalhe sem ter um marco legal que possa gerir o trabalho cotidiano. Tem de haver uma legislação que permita que vocês durmam sossegados quando estiverem em casa, que abram o comércio e saibam que no dia seguinte poderão abri-lo novamente por estarem na legalidade.

Saibam que sou suplente de Deputado Distrital, mas não me limitarei a votar a favor da sociedade e dessa categoria trabalhadora.

Que Deus abençoe vocês nesta luta! Eu quero que vocês façam um gesto nobre e fiquem em pé, de mãos dadas, pois esse gesto consegue a vitória. Todos estejam firmes em uma corrente da vitória e da legalidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	20

Uma salva de palmas para todos! Vocês são lutadores!

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Pedro do Ovo.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, amigos quiosqueiros, boa-tarde. Quero me render aos quiosqueiros presentes e dizer que, com toda certeza, esta Casa regularizará a vida de vocês. Este é um compromisso de Governo: nenhum filho desta cidade ficará desamparado. Nós temos um compromisso de bancada para realizar uma votação unânime. Tenho certeza de que aqui há muitos pais de família, e filhos que nasceram nos quiosques, que precisam de tranqüilidade. Quero reforçar o discurso do Deputado Berinaldo Pontes e dizer que, do jeito que está, não dá. Essas pessoas são geradoras de emprego e impostos e não podem permanecer nessa intranqüilidade. Não vamos permitir que isso aconteça. Tenho certeza de que esta Casa conseguirá a aprovação significativa deste projeto.

Quero aproveitar e parabenizar vocês por essa luta justa! Como disse o Deputado Berinaldo Pontes, de mãos dadas é que vocês irão conseguir o que nós também queremos.

Aproveito também para dar boas-vindas à Deputada Eliana Pedrosa. É com carinho que recebemos V.Exa. Esperamos que V.Exa. nos ajude nesse tempo que passar por esta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Estão encerrados os Comunicados de Parlamentares.

Dá-se Início à

ORDEM DO DIA.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na nossa avaliação, estamos prontos para começar a votação pelo item nº 3, que é o Projeto de Lei Complementar nº 70, de 2008, que "reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF e dá outras providências". Podemos votar também os itens nºs 4, 5, 13 e 16. Caso a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças já tenha feito estudo prévio de algum crédito – há cinco créditos suplementares na Casa –, poderíamos votar um ou dois créditos suplementares para avançar na pauta. Há consenso para esses itens da pauta.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	21

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há consenso para a votação do item nº 15, que é o Projeto de Lei Complementar nº 79, de 2008, que “desafeta áreas e dispõe sobre a ocupação dos espaços intersticiais das quadras residenciais do Gama- RA II, e dá outras providências”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Leonardo Prudente, o item nº 15 está liberado.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Perfeitamente. Então, são esses os itens. Após a apreciação dos mesmos, se for possível, poderíamos avançar na pauta. Recapitulando, podemos votar os itens nºs 3, 4, 5, 13, 15 e 16. Há créditos da CODAB destinados ao pagamento de pessoal. Poderíamos votar esses créditos, se não houver objeção.

(Assume a Presidência o Deputado Paulo Tadeu.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Item nº 3:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 70, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal - RPPS/DF e dá outras providências”.

Relatores: Deputado Cristiano Araújo - CEOF
Deputado Milton Barbosa - CAS
Deputada Eurides Brito - CCJ.

Comunico aos Líderes e aos Relatores das Comissões de Economia, Orçamento e Finanças, de Assuntos Sociais e de Constituição e Justiça, que essa matéria recebeu sete subemendas de segundo turno.

Portanto, solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Paulo Roriz, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO PAULO RORIZ – Sr. Presidente, designo o Deputado Berinaldo Pontes.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Solicito ao Relator, Deputado Berinaldo Pontes, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às subemendas de segundo turno ao Projeto de Lei Complementar nº 70, de 2008.

(Pausa.)

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência designa o Deputado Paulo Tadeu para emitir parecer sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	22

Solicito ao Relator, Deputado Paulo Tadeu, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às Subemendas Modificativas de segundo turno nºs 1, 2, 3, 4, 6 e 7 e à Subemenda Supressiva nº 5 ao Projeto de Lei Complementar nº 70, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal - RPPS/DF e dá outras providências”.

No âmbito desta Comissão, não encontramos nenhum óbice de caráter econômico ou financeiro, mérito desta Comissão.

Portanto, somos favoráveis à aprovação das subemendas.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não vou entrar na polêmica da discussão, até porque vou me respaldar no artigo 226 da Constituição Federal, sem entrar na questão de preconceito ou não. Mas solicito destaque da Subemenda nº 2, de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores, para que seja votada em separado. Quanto às demais, não há nenhuma objeção.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão, sem prejuízo do destaque à Subemenda nº 2.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados, com destaque da Subemenda nº 2.

(Assume a Presidência o Deputado Paulo Tadeu.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Passa-se à votação, em separado, da subemenda destacada do Projeto de Lei Complementar nº 70, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal - RPPS/DF e dá outras providências”.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	23

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Estamos em regime de votação, Sr. Deputado.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicitei a V.Exa. votação pelo processo nominal. Peço que se proceda à votação por esse processo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Leonardo Prudente, serei muito sincero. V.Exa. não solicitou votação nominal, mas destaque à subemenda. Destaquei a subemenda, que coloquei em discussão e apreciação. Já estamos em regime de votação. Então, V.Exa. tem o direito de pedir votação pelo processo nominal, sim, como qualquer outro Parlamentar, desde que na hora certa, não em regime de votação.

De qualquer maneira, iremos acatar a questão de ordem do Deputado Leonardo Prudente e submeter a Subemenda nº 2 à votação por meio de processo nominal.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de comentar o que V.Exa. já disse. O Deputado Leonardo Prudente, na realidade, fez destaque da emenda para que fosse votada em separado, mas não solicitou, em momento algum, que a votação fosse em regime nominal.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão acatando a Subemenda nº 2 ao Projeto de Lei Complementar nº 70; os que votarem “não” estarão rejeitando-a.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que V.Exa. leia a Subemenda antes da votação, até porque, ao se emitir o parecer, as emendas não foram lidas. Isso permitirá que cada Parlamentar tenha noção daquilo em que está votando.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Esta Presidência fará a leitura.

Subemenda nº 2/2008, Modificativa, de vários Deputados, ao substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 70, de 2008, que “reorganiza e unifica o regime próprio de Previdência Social do Distrito Federal-RPPS/ DF e dá outras providências”.

Dê-se a seguinte redação ao inciso I e ao § 3º do art. 12 do Projeto de Lei Complementar em epígrafe:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	24

"Art. 12

I – o cônjuge, a companheira, o companheiro, inclusive de união homossexual estável, e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido.

(...)

§ 3º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, comprove união estável como segurado ou segurada".

Deputado Cabo Patrício, V.Exa. deseja que eu faça a leitura da justificção?

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Não, Sr. Presidente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não farei nenhum tipo de encaminhamento, e combinei isso com a Bancada do Partido dos Trabalhadores em relação à Liderança do Governo. Cada Deputado vote com a sua consciência. Eu só quero dizer que votarei "não", não por questões religiosas ou de preconceito, mas em função da Lei Maior. A Constituição da República Federativa do Brasil diz no seu § 3º do art. 226:

"Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento".

Votarei com base no que diz a Constituição. No dia em que a Constituição mudar, eu certamente não terei nenhuma dificuldade de votar nesses casos.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Como Líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, embora a Liderança do Partido Democrata libere seus filiados para votarem como acharem melhor, orienta para que votem "sim".

Nós entendemos que existe uma lei maior, a lei de Deus, e que todos são iguais e têm o mesmo direito. Dentro do espírito cristão, todas as pessoas devem ter o mesmo tratamento e o mesmo direito, independentemente de qualquer orientação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Esta Presidência também relatou a subemenda. Eu gostaria de registrar, Deputado Leonardo Prudente, que essa discussão não está no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, a quem cabe



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	25

discutir essa matéria a que V.Exa. se referiu, mas no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que tem como meta avaliar as questões relativas ao impacto orçamentário e financeiro.

Então, não há que se discutir agora qualquer elemento de caráter constitucional. Essa discussão será feita na devida comissão, a Comissão de Constituição e Justiça. Que se esclareça essa questão para que não aja nenhum tipo de confusão. Neste momento, estamos aprovando o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, e não parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a discussão do projeto vai começar?

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Brunelli, esta Presidência já colocou a matéria em discussão duas ou três vezes. Ninguém quis discutir. O Deputado Leonardo Prudente pediu a palavra para encaminhar a votação.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, eu gostaria de discutir.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Só um momento, Deputado. A Deputada Eliana Pedrosa também pediu para fazer o encaminhamento, em nome dos democratas. Estamos em fase de encaminhamento.

DEPUTADO BRUNELLI – Sendo assim, vou esperar para discutir a questão na Comissão de Constituição e Justiça, pois acho que é uma questão constitucional.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Certamente, Deputado Brunelli. Aqui, estamos discutindo na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando a Subemenda nº 2 ao projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-a.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE DESTAQUE EM PLENÁRIO

Conforme art. 172, 173, 174, 197- I, IV, XII, XV do REGIMENTO INTERNO solicito DESTAQUE da(o):

EMENDA(S) n° 02 -

PARTE (S) DA PROPOSIÇÃO. ART.(S)

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S)

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 70/08

PROJETO DE LEI Nº(S)

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S)

NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	-			X	
BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
BERINALDO PONTES	PP	-			X	
BISPO RENATO	PR	-			X	
BRUNELLI	DEM	-	X			
CABO PATRÍCIO	PT	X				
CHICO LEITE	PT	X				
CRISTIANO ARAÚJO	PTB	-			X	
DOUTOR CHARLES	PTB	X				
ELIANA PEDROSA	DEM	X				
ÉRIKA KOKAY	PT	X				
EURIDES BRITO	PMDB	X				
JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
LEONARDO PRUDENTE	DEM	-	X			
LUZIA DE PAULA	PSL	-			X	
MILTON BARBOSA	PSDB	X				
PAULO RORIZ	DEM	X				
PAULO TADEU	PT	X				
PEDRO DO OVO	PMN	X				
REGUFFE	PDT	X				
ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
ROBERTO LUCENA	PMDB	X				
WILSON LIMA	PR	X				
ALÍRIO NETO	PPS	-			X	
TOTAL	--	16	02		06	

*P/S. PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA

AUTOR DO DESTAQUE DEP. LEONARDO PRUDENTE

CONCLUSÃO

- APROVADA(S) A(S) EMENDA(S)/PARTE DA PROPOSIÇÃO
 REJEITADA(S) A(S) EMENDA(S)/PARTE DA PROPOSIÇÃO
 RETIRADO DESTAQUE DA(S) EMENDA(S)/PARTE DA PROPOSIÇÃO
 PREJUDICADO DESTAQUE OU A(S) EMENDA(S)/PARTE DA PROPOSIÇÃO

CONSOLIDADO POR		ASSP/ _____ Nº _____ / _____
ASSINATURA _____	MAT. _____	FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	26

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis, 2 votos contrários. Houve 6 ausências.

Está aprovada a subemenda.

A matéria segue a tramitação regimental.

Solicito ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre as 7 subemendas de segundo turno apresentadas.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não houve justificativa não?

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Nós podemos fazer agora. V.Exa. já quer fazer a declaração agora, na emissão do parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças?

DEPUTADO BRUNELLI – Eu vou esperar pela emissão do parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Agora, trata-se da Comissão de Assuntos Sociais.

DEPUTADO BRUNELLI – Solicito destaque da Subemenda nº 2.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Assuntos Sociais às Subemendas Modificativas de segundo turno nºs 1, 2, 3, 4, 6 e 7 e à Subemenda Supressiva nº 5 ao Projeto de Lei Complementar nº 70, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal - RPPS/DF e dá outras providências”.

O parecer da CAS é no sentido de acatamento de todas as subemendas.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Apesar de ser um procedimento usual nesta Casa, daremos, até por uma questão democrática, destaque também à Subemenda nº 2, conforme solicitado pelo Deputado Brunelli.

DEPUTADO BRUNELLI – Solicito que seja feita a votação nominal.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Pois não.

Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	27

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o parecer; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis.

Deputado Leonardo Prudente, V.Exa. está votando contra todas as subemendas?

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Somente contra as destacadas. (fora do microfone).

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Então, peço a V.Exa. e aos demais Parlamentares que, por favor, prestem atenção ao encaminhamento da Mesa. Neste momento, estamos votando apenas o parecer da Comissão de Assuntos Sociais, sem prejuízo do destaque.

Em discussão a subemenda destacada. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando a subemenda; os que votarem "não" estarão rejeitando-a.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE DESTAQUE EM PLENÁRIO

Conforme art. 172, 173, 174, 197- I, IV, XII, XV do REGIMENTO INTERNO solicito DESTAQUE da(o):
EMENDA(S) nº 02 -

- PARTE (S) DA PROPOSIÇÃO. ART.(S)
- PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S)
- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 70101
- PROJETO DE LEI Nº(S)
- PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S)

NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	-			X	
BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
BERINALDO PONTES	PP	.			X	
BISPO RENATO	PR	.	X			
BRUNELLI	DEM	-	X			
CABO PATRÍCIO	PT	X				
CHICO LEITE	PT	X				
CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
DOUTOR CHARLES	PTB	X				
ELIANA PEDROSA	DEM	X				
ÉRIKA KOKAY	PT	X				
EURIDES BRITO	PMDB	X				
JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
LEONARDO PRUDENTE	DEM	-	X			
LUZIA DE PAULA	PSL	.			X	
MILTON BARBOSA	PSDB	X				
PAULO RORIZ	DEM	X				
PAULO TADEU	PT	X				
PEDRO DO OVO	PMN	X				
REGUFFE	PDT	X				
ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
ROBERTO LUCENA	PMDB	X				
WILSON LIMA	PR	X				
ALÍRIO NETO	PPS	X				
TOTAL	--	18	03		03	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA

AUTOR DO DESTAQUE DEP. BRUNELLI

CONCLUSÃO

- APROVADA(S) A(S) EMENDA(S)/PARTE DA PROPOSIÇÃO
- REJEITADA(S) A(S) EMENDA(S)/PARTE DA PROPOSIÇÃO
- RETIRADO DESTAQUE DA(S) EMENDA(S)/PARTE DA PROPOSIÇÃO
- PREJUDICADO DESTAQUE OU A(S) EMENDA(S)/PARTE DA PROPOSIÇÃO

CONSOLIDADO POR Assinatura: <u>Paulo</u>	MAT. <u>1382</u>	ASSP/ PLC Nº <u>40</u> / 2008
		FOLHA Nº <u>108</u>



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	28

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis, 3 votos contrários. Houve 3 ausências.

O parecer da Comissão de Assuntos Sociais à Subemenda nº 2, destacada, foi aprovado.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre as subemendas apresentadas, analisando a sua admissibilidade tanto no seu caráter legal quanto constitucional.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, reporto-me ao Projeto de Lei Complementar nº 70, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal - RPPS/DF e dá outras providências”.

Em primeiro turno, analisamos o projeto sem as emendas, e agora, por se tratar de um Substitutivo, temos sete Subemendas em segundo turno.

A Subemenda Modificativa nº 1 dá uma nova redação ao parágrafo único do art. 89, que estabelece: “Os membros, a que se refere o *caput* deste artigo, deverão ter formação superior em administração, ciências contábeis, econômicas ou atuariais”. Em se tratando daqueles que serão habilitados para formar o Conselho Fiscal do IPREV do DF, mais do que justo exigir uma habilitação à altura para a função. Essa é a Subemenda nº 1 e somos pela sua admissibilidade.

Deixarei as Subemendas nºs 2 e 3 para o final, pois elas se completam.

A Subemenda Modificativa de Plenário nº 4 dá ao inciso I do art. 54 do Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar a seguinte redação: “contribuição previdenciária do ente público do Distrito Federal”. Na redação anterior, no projeto original, os poderes estavam divididos, constava Poder Executivo e Poder Legislativo. Agora, consta na redação “contribuição previdenciária do ente público”, sem vincular Executivo ou Legislativo. Também somos pela admissibilidade dessa Subemenda.

A Subemenda Supressiva de Plenário nº 5 suprime o § 2º do art. 54 do Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 70, de 2008, renumerando-se os demais. Portanto, houve uma supressão visando a uma boa técnica legislativa. Somos pela admissibilidade.

A Subemenda Modificativa de Plenário nº 6 dá ao art. 59 do Substitutivo a seguinte redação: “A contribuição previdenciária patronal do Distrito Federal, de que trata o Inciso I do art. 54, será de:”. Então, mantém a redação original. A presente emenda visa à simplificação da forma de contribuição patronal e, ao mesmo tempo, assegura que ela seja repassada ao IPREV. Somos pela admissibilidade da Subemenda nº 6.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	29

A Subemenda Modificativa de Plenário nº 7 dá nova redação aos incisos I e II do art. 59 do Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 70, de 2008. O Inciso I passa a ter a seguinte redação: "Para o Fundo Financeiro de Previdência – SEGURIDADE SOCIAL, de que trata o § 1º do art. 73 desta Lei Complementar, de no mínimo o equivalente à alíquota de contribuição dos segurados ativos e de no máximo o dobro, para os que tenham ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2006;" O Inciso II passa a ter a seguinte redação: "Para o Fundo Previdenciário do Distrito Federal, referido no § 2º do art. 73 desta Lei Complementar, o dobro da contribuição dos servidores ativos que tenham ingressado no serviço público a partir de 1º de janeiro de 2007". A justificação é: "A presente emenda tem como objetivo implementar um modo de transição defensável do ponto de vista orçamentário-financeiro, no momento da largada da reorganização e unificação do regime de previdência". Somos pela admissibilidade.

Vamos, agora, à apreciação conjunta das Subemendas nºs 2 e 3, que dão novas redações ao inciso I e ao § 3º do art. 12 do projeto. Essas subemendas elencam os que teriam direito aos benefícios da previdência. No Inciso I: "o cônjuge, a companheira, o companheiro, inclusive de união homossexual estável, e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido;" No § 3º: "Considera-se companheiro ou companheira a pessoa que, sem ser casada, comprove união estável com o segurado ou segurada". A Subemenda nº 3 acrescenta ao § 3º do art. 12 a seguinte redação: "Considera-se companheiro ou companheira a pessoa que, sem ser casada, comprove união estável com o segurado ou segurada". É praticamente uma repetição, um reforço no art. 12 ao que tínhamos visto na emenda anterior.

O meu voto, pela Comissão de Constituição e Justiça, representa também – não em parte, mas na totalidade – o meu pensamento a respeito da questão firmada em estudos que fizemos e em pesquisas que levantamos em vários órgãos do Poder Judiciário nesses últimos dias. Considera pressupostos legais e parte da premissa de que o Estado brasileiro é laico, Sr. Presidente.

De pronto, ressalto – e chamo a atenção dos colegas Parlamentares – que não estamos votando a questão do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, já que este tema fere dispositivos constitucionais. A decisão que estamos analisando trata tão-somente da concessão de benefício previdenciário ao parceiro nas relações homoafetivas.

Vejo a questão sob diversos aspectos que não cabe aqui mencionar. Reporto-me apenas a dois. O aspecto jurídico. Diversos estados e municípios, ao tratarem de seus sistemas previdenciários, incluíram nos benefícios desses sistemas o companheiro do mesmo sexo do segurado que, com ele, mantenha relacionamento estável. Cito como exemplo Porto Alegre, João Pessoa, Campinas, o Estado do Rio de Janeiro, entre outros. Rio de Janeiro, mais recentemente, em 2007.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	30

Por não se tratar de leis autorizadas do casamento civil entre homossexuais, essas leis não tiveram a sua constitucionalidade questionada. Entendemos que, no caso, vale, entre outros, o art. 3º, inc. IV, da Constituição, que assim reza:

“Art. 3º. Constitui objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

(...)

IV - promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor ou quaisquer outras formas de discriminação.”

Por outro lado, pesquisando a jurisprudência, encontramos diversos casos já deferidos na Justiça até em instância superior, por não se tratar da questão – volto a dizer - de casamento entre homossexuais, porque esse aspecto não é contemplado na Constituição Brasileira. Para dar um exemplo, a Justiça do Distrito Federal reconheceu a união estável de casal de mulheres para fins previdenciários e para divisão de bens. A pretensão justifica-se com base – além do princípio da igualdade - na dignidade humana, numa sociedade justa igualitária, na ausência da discriminação por atuação positiva da família, sociedade e Estado.

A ação à qual me reporto, Sr. Presidente, foi proposta por uma servidora pública do Ministério da Fazenda e sua companheira. Elas argumentaram que já viviam em união estável há mais de 24 anos, com conhecimento de amigos e familiares. Segundo elas, o pedido foi feito administrativamente, mas negado. A Justiça do Distrito Federal reconheceu o direito. Como esse, levantamos inúmeros outros casos de decisões favoráveis a este caso da união estável para fins dos benefícios da previdência nas instâncias judiciais.

O outro aspecto que poderíamos analisar seria o religioso, que, embora aqui não tratado formal ou abertamente, sei que prende as pessoas à decisão sobre a matéria nesse sentido.

Fiz questão de abordá-lo, já que o selecionel, deixando tantos outros aspectos, porque, nesta Casa, na legislatura anterior, ao ter analisado um processo na Comissão de Constituição e Justiça quando um Parlamentar desejava ou queria, por meio de lei, impor o estudo da Bíblia Sagrada como Literatura de Língua Brasileira e Portuguesa no currículo do ensino médio brasileiro, fui pela inadmissibilidade do projeto, alegando que estaríamos ferindo a situação do Estado laico, até porque, se introduzíssemos a Bíblia como uma matéria obrigatória, mais da metade dos alunos nunca mais iriam querer lê-la, sendo ela um material obrigatório de classe para exame. Por outro lado, estaríamos abrindo caminho para que tivéssemos o Alcorão, o Torá, enfim, os livros básicos sagrados de outras religiões e assim estaríamos infringindo o problema do Estado laico. Não se trata aqui, nesta questão, de discutir dogmas do cristianismo, valores, e quero acentuar, Deputados Bispo Renato, Brunelli e Leonardo Prudente, valores nos quais creio e que adoto. Nem tão pouco a tradição da sociedade brasileira. Mas sendo o Brasil um Estado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	31

laico, meus valores não podem ser impostos aos demais. E a ninguém é dado o direito de impor-me os seus ou os nossos.

Em suma, meu voto, pela Comissão de Constituição e Justiça, é pela aprovação da Emenda que dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário a companheiro do mesmo sexo do segurando, que com ele mantenha relacionamento estável, porque encontra abrigo no art. 3º, Inciso 4º da Constituição Federal, dentre outros, mesmo artigo que tem sido avocado em várias decisões favoráveis no Poder Judiciário. Não se trata da aprovação do casamento entre homossexuais, tema esse que seria inconstitucional, pelo que reza explicitamente sobre a matéria a Constituição. Não podemos impor nossos valores a outros e não devemos aceitar imposições que contrariam os nossos. E no exercício do mandato Parlamentar devemos atentar para a laicidade do Estado brasileiro.

Sr. Presidente, portanto, sou favorável à aprovação das Emendas nºs 2 e 3. Encaminho pela admissibilidade na Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – A Presidência esclarece a todos os Parlamentares que a Deputada Eurides Brito deu parecer favorável a todas as subemendas apresentadas em segundo turno, destacando as de nºs 2 e 3 e declarando também admissibilidade às duas.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Brunelli.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tenho um voto em separado para apresentar. O tema é constitucionalidade e legalidade, e não juridicionalidade.

Sr. Presidente, eu ouvi atentamente a Deputada Eurides Brito, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, falar sobre todas as subemendas. Eu as acato em parte, mas coloco o meu voto em separado à Inconstitucionalidade das Subemendas nº 2 e nº 3, que ferem diretamente o art. 226 da Constituição Federal e o Código Civil.

Passo a ler o § 3º da Constituição Federal: "Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar. Devendo a lei facilitar a conversão em casamento". Então, o dispositivo constitucional, que é o dispositivo primário, de onde derivam todas as demais leis, dispõe que essa é a geração de todo um Estado que tem uma personalidade de organização. E quando o Estado tem a sua interferência nas suas entidades democráticas... Por exemplo, o Judiciário, hoje, muito comumente, tem legislado em nível federal porque o Congresso Nacional não tem tomado uma postura mais incisiva e veemente sobre o seu posicionamento. E quando as posições não são firmadas, não são confirmadas, infelizmente, temos a questão da interferência de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	32

Poderes. E quando isso ocorre, temos que nos lembrar do que é privado e do que é público, do que é contrato e do que é lei!

Neste momento, quando falamos de uma questão de legislação previdenciária, haveria um contrato legal a ser regulamentado e reconhecido pelo Estado, o que se faz no Poder Judiciário, não uma lei afirmativa que tem uma conexão no Governo Federal, na Constituição. Se tenho o principal, os derivados morrem! Se eu tenho o principal, que fala da conexão unifamiliar entre homem e mulher, então as derivações homossexuais, que são um problema da relação pessoal de cada um, que no momento dos seus valores o fazem... Eu não estou entrando na questão do mérito, mas na questão constitucional e legal: trata-se de viver um contrato e não uma lei ampla! Porque essa lei vai ferir a Constituição Federal! Ferirá o princípio do que é público com relação ao princípio do que é individual!

Nós entendemos que este voto que ofertamos a esta Casa diz que esse parecer, a nosso ver, é inconstitucional, fere a Constituição Federal em seu artigo 226, dispositivo que trata da instalação dos derivados que se fazem sobre o casamento, seus entes e seus herdeiros, no parágrafo 3º.

Então, por nosso entendimento, é inconstitucional!

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Brunelli, esta Presidência indaga a V.Exa. se vai apresentar por escrito seu voto em separado.

DEPUTADO BRUNELLI – Vou, Sr. Presidente! Vou requerer as notas taquigráficas e apresentá-lo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Tudo bem.

Srs. Deputados, vamos apreciar o voto em separado, primeiro, como determina o Regimento Interno.

Em discussão o voto em separado. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que forem contrários ao voto em separado permaneçam como estão; os que forem favoráveis queiram manifestar-se. (Pausa.)

O voto em separado foi rejeitado com a presença de 18 Deputados. Houve 4 votos favoráveis: dos Deputados Bispo Renato, Brunelli, Leonardo Prudente e Wilson Lima.

Visto que o voto em separado foi rejeitado, esta Presidência considera aprovado o parecer da Relatora, Deputada Eurides Brito.

Está aprovado o parecer da CCJ, com a presença de 18 Parlamentares, como consta da votação do voto em separado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	33

Em discussão, em 2º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 70, de 2008.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Como Líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo encaminha pelo voto "sim" em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 24/06/2008

SESSÃO ORDINÁRIA EXTRAORDINÁRIA

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 70/08
 PROJETO DE LEI Nº(S) _____
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP				X	
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X	
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ELIANA PEDROSA	DEM	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	LUZIA DE PAULA	PSL	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO RORIZ	DEM				X	
	PAULO TADEU	PT				X	
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROBERTO LUCENA	PMDB	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS				X	
	TOTAL	---	19			5	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

APRECIADA REDAÇÃO FINAL EM 24/06/2008

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA
CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº 1

FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	34

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

O Projeto de Lei Complementar nº 70, de 2008, foi aprovado em segundo turno.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do Interstício regimental para a Imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à Imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 70, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal - RPPS/DF e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto val à sanção.

Antes de passarmos às declarações de voto, a Mesa Diretora quer fazer um comunicado aos Srs. Parlamentares e aos servidores desta Casa.

"Gabinete da Presidência. A Mesa Diretora comunica aos servidores desta Casa que acaba de assinar o Ato em que o expediente no mês de julho obedecerá ao horário das 13 às 19 horas.

Informa também que serão definidas escalas de trabalho que melhor atendam ao interesse e à conveniência desta Câmara Legislativa, desde que não haja prejuízo aos trabalhos nem qualquer aumento de despesa."

Está feito o comunicado. Passaremos às declarações de voto. (Pausa.)

(Assume a Presidência o Deputado Alírio Neto.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra ao Deputado Brunelli para declaração de voto.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Pares, votel "sim" a esse projeto por entender a questão da coletividade. Fiz meu voto em separado por entender inconstitucionais as



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	35

Subemendas nºs 2 e 3. Porque quanto a esse projeto, sem que propuséssemos a retirada dessas questões, como entendemos e justificamos em nosso parecer, em nosso entendimento, prestaríamos um desserviço para a sociedade do Distrito Federal. É exatamente o contrário: estamos aqui para prestar um serviço e uma progressão em uma área tão importante como é o trabalho previdenciário para esta cidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa para declaração de voto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente para declaração de voto.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, independentemente das acaloradas discussões que houve com relação à Subemenda nº 2 – e os Deputados tiveram a oportunidade de manifestar seus posicionamentos quanto ao mérito e à constitucionalidade da matéria -, eu quero cumprimentar e parabenizar não só os Deputados, mas especialmente os servidores e os técnicos que tanto contribuíram para que chegássemos, de forma consensual, à redação desse projeto. Foram 118 artigos discutidos um a um!

Eu quero saudar e cumprimentar de forma especial a Sra. Presidente da CUT, Professora Rejane Pitanga, pelas contribuições e, em nome de S.Sa., saudar todas as entidades que representam e defendem o servidor público e o trabalhador. Suas contribuições aprimoraram substancialmente esse projeto!

É uma proposição que vai ser uma referência para o Brasil, não tenho dúvida disso! Pela primeira vez, Deputado Cabo Patrício, um projeto em que existe a paridade num conselho: metade dos representantes indicados pelo Governo, a outra metade, pelos servidores.

É o primeiro instituto do País em que se tem um conselho fiscal composto por três elementos, composto por três cidadãos, dos quais apenas um é indicado pelo governo; ou seja, o governo não tem maioria.

Cumprimento o Deputado Odilon Aires e o Dr. Ronaldo, que trabalharam diuturnamente junto conosco e com os técnicos no aprimoramento desse projeto. Essa lei, no momento de sua sanção, certamente será um orgulho para o Distrito Federal. Portanto, saúdo e cumprimento o Dr. Eduardo e toda a equipe técnica que trabalhou diuturnamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito para declaração de voto.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, durante a votação do projeto



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	36

que cria o sistema previdenciário, finalmente aprovado nesta Casa, ouvi de um Parlamentar, quando eram dados os votos, a seguinte expressão: "Isso é a bancada evangélica". Ninguém votou aqui por religião. Devemos separar Isso. Cada um votou de acordo com a sua consciência. Não podemos colocar religião nisso, senão teríamos de fazer uma discussão teológica, muito mais ampla.

Talvez as numerosas decisões do Judiciário brasileiro ainda sejam desconhecidas por parte dos votantes ou mesmo da sociedade em geral. Confesso que, para prolatar o meu parecer, tive de pesquisar. Surpreendeu-me o número de decisões já tomadas no Judiciário a respeito dessa questão, que sempre ressalta que não se trata do casamento, que essa é uma questão que só com mudança constitucional. Não havendo mudança constitucional, permanece o *status quo*. Chamou-me atenção, entre outros pronunciamentos, um do Ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, ao analisar um caso em que a Justiça de Goiás reconheceu a união entre homossexuais. O Ministro Celso de Mello, ao fazer a sua análise, disse que estava extinguindo o processo – que não teve conclusão final – por motivos de ordem técnica do processo, mas não por razão de mérito, até porque, no mérito, é uma relevante questão constitucional. S.Exa. entendeu que o Supremo Tribunal Federal deve discutir e julgar, em novo processo, o reconhecimento da legitimidade constitucional das uniões homossexuais e de sua qualificação como entidade familiar. S.Exa. já deu o caminho, chegou até mesmo a indicar o instrumento correto para que a questão volte ao Supremo. Qual é o instrumento correto? A argüição de descumprimento de preceito fundamental. Essa é a posição do Ministro Celso de Mello, um dos mais conceituados ministros do egrégio Supremo Tribunal Federal.

Então, ao prolatar o meu parecer na Comissão de Constituição e Justiça, eu evidentemente tenho de me abster ou de preconceito ou de uma análise não tão *lato sensu* nem tão *strictu sensu*, mas uma análise contextualizada da Constituição Federal.

Estou fazendo as correções no meu voto em separado e o enviarei para entidades religiosas, para que eu não seja vítima outra vez, como fui no passado, quando não aceitei, por motivos mais que óbvios, a introdução da Bíblia – eu sou defensora e cultora dela – como livro de literatura no currículo da educação básica, na disciplina Literatura. Na ocasião, eu expus os motivos, e terrível campanha foi feita contra mim junto aos grupos religiosos. Todos sabem que sou protestante praticante. Evidentemente, no campo político, tive sérios prejuízos, porque as notícias nunca chegam conforme o que acontece realmente.

Não me resta nenhuma dor de consciência. Pelo contrário, eu, como Parlamentar votada por pessoas de vários segmentos, ateus, protestantes, católicos, espíritas, mulçumanos – não pergunto religião a meus eleitores –, votei como Parlamentar que atua no Estado laico.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	37

(Assume a Presidência o Deputado Paulo Tadeu.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay para declaração de voto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, esta Casa dá um passo muito importante ao encontro do sentimento da maioria do povo brasileiro.

Uma pesquisa realizada pela *Data Senado* indica que por volta de 70% dos brasileiros e brasileiras são contra a homofobia e defendem, inclusive, a criminalização da homofobia. A maioria do povo brasileiro também defendeu a criminalização do racismo, a criminalização da violência contra a mulher, a criminalização da violência contra todos os setores que foram minorizados, vulnerabilizados e toda tentativa que se tem de normalizar ou de naturalizar a norma estabelecida culturalmente.

Como eu já disse tantas vezes, a humanidade encarou os fenômenos humanos de formas diferentes. A homossexualidade já foi criminalizada neste País, a homossexualidade já foi patologizada, e a humanidade avança, avança para entender que ela é uma só, com formas diferentes de ser.

Acho que esta Casa dá um passo importante e se soma a esse sentimento da maioria do povo brasileiro de que temos de assegurar os mesmos direitos. Isso é democracia, isso é cidadania.

É muito difícil dizer que vivemos em um País onde há uma verdadeira democracia, um Estado Democrático de Direito, quando temos 36 direitos negados a homens que amam homens e a mulheres que amam mulheres, que têm, portanto, todos os direitos assegurados pela Constituição. Está dito na Constituição que todos são iguais perante a lei: ninguém pode ser penalizado ou ter surrupiado um direito apenas por que tem uma orientação sexual homoafetiva. A homossexualidade é um fenômeno humano que não tira a condição humana de nenhum brasileiro e brasileira.

Por isso, Deputado Paulo Tadeu, eu queria dizer aqui que esta Casa vivenciou uma oportunidade de firmar um compromisso com o caráter laico do Estado. O Estado não é para defender posições religiosas quaisquer que sejam nem para defender convicções pessoais. O Estado é para possibilitar que todos possam expressar as suas posições e respeitar cada um e cada uma de nós.

Quero parabenizar, particularmente, a Presidente da Central Única dos Trabalhadores, Rejane Pitanga, e todos que estão aqui, todos os grupos que estão aqui e que ousam dizer que têm direito ao beijo, que têm direito à pensão, que têm os direitos assegurados a qualquer brasileiro e brasileira.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	38

Hoje, nós parimos uma ação que reafirma o caráter laico do Estado, porque assim é a democracia, assim é a República. Reafirmamos o direito de todos e de todas de assegurar o que é previsto como avanço do povo brasileiro.

Parabéns a todos os homens que amam homens!

Parabéns a todas as mulheres que amam mulheres!

Parabéns a todos que defendem a cidadania, a democracia e a República!

Um grande abraço.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que coloque na pauta de votação de amanhã o Projeto de Lei nº 904, de 2008, que “altera o vencimento básico da carreira médica do quadro de pessoal do Distrito Federal”.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Acatada a solicitação de V.Exa.

Apreciação em bloco dos seguintes itens:

Item nº 28:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.006, de 2008, de autoria do Deputado Benício Tavares, que “requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 227/2007, que ‘institui o programa de atendimento do deficiente visual em idade escolar, no âmbito do Distrito Federal’, de autoria do Deputado Benício Tavares”.

Item nº 29:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.011, de 2008, de autoria do Deputado Dr. Charles, que “requer a realização de audiência pública, no plenário desta Casa, no próximo dia 25 de agosto, às 10h, com o objetivo de discutir as condições de trabalho dos agentes comunitários de saúde e agentes de vigilância ambiental”.

Item nº 30:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.015, de 2008, de autoria da Deputada Eurides Brito, que “requer a retirada e o arquivamento do Projeto de Lei nº 488/2007”.

Item nº 31:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.022, de 2008, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que “requer a realização de audiência pública



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	39

para debater a situação dos trabalhadores temporários inseridos no Programa Família Saudável”.

Item nº 32:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.023, de 2008, de autoria do Deputado Alírio Neto, que “requer à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças a realização de audiência pública para discutir sobre os precatórios”.

Item nº 33:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 205, de 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “manifesta voto de louvor aos cidadãos que menciona, em comemoração ao centenário da Imigração japonesa no Brasil”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam os requerimentos e a moção permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os requerimentos e a moção estão aprovados com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, V.Exa., que é da região de Sobradinho, sabe como toda a cidade se comoveu ao ser assassinado o diretor de uma escola no Lago Oeste, o companheiro Carlos Mota. Houve uma verdadeira comoção, porque o diretor da escola, o Prof. Carlos Mota, era um daqueles raros homens que carregam o exercício da imortalidade pela defesa da vida que fazem.

Estamos apresentando duas proposições, assinadas por vários Deputados – e todos os demais Deputados que quiserem podem assiná-las. Uma delas concede ao Prof. Carlos Mota o título de Cidadão Honorário *post mortem*, e a outra é que aquela escola, o Centro de Ensino Fundamental do Lago Oeste, seja chamada Escola Prof. Carlos Mota. Já as protocolamos.

Sr. Presidente, eu, a Deputada Eurides Brito, o Deputado Raimundo Ribeiro, o Secretário de Educação, o Deputado Raad Massouh estávamos no ato ecumênico e combinamos ali que todos os Parlamentares deveriam prestar essa homenagem. É uma homenagem que tem o objetivo de que esse crime não fique impune e de que as idéias do Prof. Carlos Mota possam se concretizar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	40

Então, solicito a V.Exa. que faça a leitura e que, antes do recesso, possamos apreciar essas duas proposições legislativas.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Acatada a solicitação de V.Exa.

Deputada Erika Kokay, parabênizo V.Exa. pela iniciativa. Sua solicitação entrará na pauta a partir de amanhã para apreciação das duas proposições.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não sei se eu poderia fazê-lo, mas eu gostaria de esclarecer à Deputada Erika Kokay que há uma lei do ano passado que disciplina exatamente o que S.Exa. falou aqui: dar à escola o nome do professor brutalmente assassinado. O projeto estabelece um rito que há de ser seguido. Na forma como a Deputada Erika Kokay propôs, com certeza, o Governador terá dificuldade em sancionar o projeto. Vejo que o professor era muito querido, e a lei exige um abaixo-assinado, que deve começar na Região Administrativa para chegar aqui. Portanto, recomendo à Deputada que olhe a lei para que o projeto ande mais rápido. E é muito justo.

Solicito a V.Exa. que coloque para votação na pauta de amanhã o Projeto de Lei nº 766/2008, do Poder Executivo, que "altera a lei que estabeleceu o seguro de vida para os Policiais Cíveis e Militares e Bombeiros Militares". Essa alteração, que viabiliza a aplicação da lei, já está tramitando nas comissões desde o mês de março. A Deputada Eurides Brito o relatou hoje na Comissão de Constituição e Justiça.

É a solicitação que faço a V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. Esse item, portanto, também será apreciado até o final deste semestre legislativo.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, um dos projetos mais discutidos nesta Casa, que contou com muitas contribuições – tem 22 ou 23 emendas, praticamente todas acatadas na íntegra ou na forma de subemendas –, consta do item nº 16: o Projeto de Lei nº 862, de 2008.

Acabo de receber a informação de que os técnicos estão fazendo a parte final do parecer, em função do grande volume de emendas; mas, em dois minutos, ele estará pronto para ser apreciado.

Faço um apelo aos Deputados para que não deixem o plenário a fim de que possamos apreciar essa importante matéria, que trata da lei dos alvarás. Nós



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	41

tivemos a contribuição de assessores de praticamente todos os gabinetes desta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Leonardo Prudente, nós já definimos um conjunto de itens no início da sessão.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Ele consta da relação dos itens da sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Então, vamos continuar a votação das matérias. Temos agora apenas o que foi citado anteriormente pelo Deputado Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças: a conclusão, por parte da Comissão, do parecer referente à LDO.

Portanto, poderíamos hoje apreciar o parecer, votar a LDO apenas em primeiro turno e deixar a votação em segundo turno para quinta-feira, no encerramento das votações das matérias já acordadas pelos Líderes partidários e demais Parlamentares.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Perfeitamente, Sr. Presidente. É bastante razoável votarmos a LDO em primeiro turno.

Faço um apelo aos Deputados que tiverem interesse em conhecer com mais profundidade o projeto que trata da alteração dos limites da PPP, que estava na programação para ser votado hoje. Foi concedido vista desse projeto ao Deputado Milton Barbosa. A qualquer outro Deputado que assim o desejar, fica também a possibilidade de analisá-lo conjuntamente para que o apreciemos, em primeiro turno, amanhã.

Sr. Presidente, eu recebi o comunicado da disposição da equipe da Secretaria de Fazenda de estar aqui amanhã, às 10h, para, juntamente com o Deputado Paulo Roriz, da CEOF, e os Deputados que quiserem, esclarecer os projetos da área econômica que estão na pauta.

Às 11h, estarão presentes os membros da Secretaria de Desenvolvimento Econômico para discutir o PRÓ-DF/Logístico, para aqueles que queiram tirar suas dúvidas em relação a isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Fica comunicado que amanhã, às 10h, haverá a reunião com os técnicos da área econômica do Governo.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – E haverá a reunião com os técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico às 11h. Às 14h, a reunião será com o pessoal da CODHAB. Pedirei também que, às 14h, a equipe da CODEPLAN esteja aqui para esclarecer eventuais dúvidas, de qualquer Deputado ou assessor, sobre o Projeto de Lei nº 789, que trata das PPPs.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	42

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria que fosse incluído como item extrapauta, para apreciação antes do próximo item, o Requerimento nº 1.027, de 2008, de autoria de vários Parlamentares, que não foi incluído na votação em bloco de uma série de requerimentos.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. Trata-se de item extrapauta o Requerimento de base parlamentar nº 1.027, de 2008.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSL. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria solicitar a V.Exa. a inclusão na pauta de amanhã da Moção nº 206, de minha autoria, e também o item nº 21, referente a um projeto de minha autoria, que eu gostaria que fosse apreciado em primeiro turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.027, de 2008, de autoria de vários Deputados, que "requer a prorrogação do prazo de duração da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Ato do Presidente nº 684, de 2007, (Requerimento nº 350, de 2007) (CPI da Gautama) por mais 90 (noventa) dias, a partir do dia 29 de junho de 2008".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O requerimento está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 856, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2009".

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Solicito ao Relator, Deputado Paulo Roriz, que emita parecer sobre a matéria.

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	43

Projeto de Lei nº 856, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2009".

A proposição, de autoria do Poder Executivo local, foi encaminhada pela Mensagem nº 137, de 2008, do Sr. Governador do Distrito Federal, em cumprimento ao disposto no art. 149, § 3º, art. 150, § 2º, e art. 168 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Posteriormente, em adendo ao PLDO, foi encaminhada a Mensagem nº 159, datada de 12 de junho de 2008, versando sobre a necessidade de substituir o anexo II - Metas e Projeções Fiscais. A alteração é fundamentada na incorreção, quando da concepção da metodologia de cálculos da receita tributária, a qual deve deduzir a receita do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF, de modo que seja apresentada em separado. Exara o Poder Executivo que no encaminhamento da proposta original, (...) as emendas ao anexo de metas e prioridades foram apresentadas por intermédio de sistema informatizado disponibilizado pela Coordenadoria de Modernização e Informática - CMI, respeitando um limite de três emendas por Parlamentar. Essas emendas foram todas analisadas pela equipe técnica desta Comissão e pelo Relator Geral. Foram apresentadas ao todo, pelos nobres Pares e pela Mesa Diretora, 68 (sessenta e oito) emendas ao Anexo de Metas e Prioridades. Todas elas foram acatadas por este Relator. As emendas nº 9, de autoria do Deputado Pedro do Ovo, e nº 25, de autoria do Deputado Cabo Patrício, foram aglutinadas por serem idênticas. Além disso, foi apresentada uma emenda de Relator Geral, incluindo uma prioridade, para atender ao Ofício nº 777, de 2008, do Senhor Secretário de Planejamento e Orçamento.

Conclusão, Sr. Presidente: em um primeiro momento, destacamos que a proposição tramitou nesta Casa de leis de forma democrática, foi amplamente divulgada e disponibilizada para os Parlamentares e demais interessados, a fim de que os mesmos promovessem análises e a possíveis propostas de alteração. Em 29 de maio do ano em curso, foi publicado no Diário Oficial da Câmara Legislativa do Distrito Federal o cronograma de eventos relacionados à tramitação do Projeto de Lei nº 856, de 2008, que transcorreu dentro do previsto.

De acordo com o estabelecido no Regimento Interno, o projeto que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias, antes de ser apreciado no plenário da Câmara, deverá ser apreciado em dois momentos na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, sendo: relatório preliminar e relatório geral. Dentro das competências institucionais, a Presidência da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças designou o Deputado Cristiano Araújo para elaboração do parecer preliminar, tendo sido aprovado em 6 de junho, sem emendas.

A Secretaria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, juntamente com a Secretaria Geral da Presidência, com o intuito de facilitar e agilizar o processo de elaboração de emendas, confeccionaram e disponibilizaram o bem lançado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	44

manual. Ainda neste diapasão, os setores acima citados, juntamente com o Setorial de Informática da Câmara Legislativa, promoveram curso de treinamento, tendo como público-alvo os servidores lotados nos gabinetes, os quais ficaram responsáveis pelo lançamento das emendas.

Como fruto de um processo de amadurecimento, integração e respeito com a questão pública, fatores característicos desta legislatura, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Coordenadoria de Modernização de Informática - CMI desenvolveram moderno sistema informatizado, via *Internet*, que possibilitou fácil acesso e lançamento das emendas de prioridade. Cabe ressaltar que foram protocoladas sessenta e oito emendas de prioridades, sem o registro de nenhuma ocorrência desabonadora.

Após análise de todas as emendas apresentadas, esta Relatoria apresentou 22 subemendas para corrigir ou aperfeiçoar as emendas de texto apresentadas. Além disso, apresentou seis emendas de texto, atendendo à solicitação do Governo e também contribuindo para o aprimoramento do texto do projeto. Foram apresentadas ainda duas emendas ao Anexo de Metas e Prioridades, sendo uma delas aglutinativa e outra a pedido do Sr. Secretário de Planejamento e Orçamento.

Por fim, ressaltamos a Integração dos membros da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que cederam seus experientes técnicos para contribuir com o trabalho de análise das emendas, bem como do Sr. Secretário-Geral da Casa e do Sr. Secretário Executivo da Vice-Presidência, que participaram pessoalmente das discussões, dando bastante transparência ao processo e fornecendo importantes subsídios para a elaboração deste relatório final da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2009.

Posto isso, Sr. Presidente, considero que o Projeto de Lei nº 856, de 2008, que "dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2009", atende às disposições da Lei Orgânica do Distrito Federal e da Lei Complementar nº 101, de 2000 - LRF e que tramitou regularmente na forma do Regimento Interno desta Câmara Legislativa. Propondo a aprovação do presente parecer pelos critérios adotados no âmbito desta Comissão, com as emendas e subemendas detalhadas neste documento, a respectiva publicação do DCL, e posterior remessa, na forma do Regimento Interno, para apreciação em plenário.

Sala das comissões, 23 de junho de 2008.

É esse o meu parecer.

(Pausa.)

DEPUTADO PAULO RORIZ – Sr. Presidente, quero fazer uma comunicação. Estamos modificando a Subemenda nº 15 à Emenda Aditiva nº 7, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, ao Projeto de Lei nº 856, de 2008, que dispõe sobre



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	45

diretriz orçamentária. Então, eu só quero fazer esta correção: que seja feita essa modificação na Subemenda nº 15.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Acato a solicitação de V.Exa.

Nós poderíamos fazer um acordo para que qualquer debate relativo à LDO, Deputado Paulo Roriz, seja felto no segundo turno – não sei se será amanhã ou na quinta-feira.

De qualquer maneira, quero parabenizar V.Exa e toda a equipe da CEOF pela elaboração do referido parecer.

Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 856, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o item nº 16, que trata dos alvarás, já está pronto para ser votado, com a pauta das emendas. Se V.Exa. puder colocá-lo em votação neste momento, seria muito bom. Solicito também à Assessoria de Plenário que coloque na pauta de votação de amanhã o Projeto de Lei nº 2.235, de 2005, de minha autoria, que trata dos brigadistas, apensado aos projetos das Deputadas Eliana Pedrosa e Jaqueline Roriz.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Acato a solicitação de V.Exa.

(Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	46

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – A Presidência vai suspender os trabalhos durante alguns minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 18h06, a sessão é reaberta às 18h11.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Está reaberta a sessão.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	47

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 140, de 12/08/2008, juntamente com a ata sucinta da 55ª Sessão Ordinária.)

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações as seguintes:

- Ata da 54ª Sessão Ordinária;
- Ata da 15ª Sessão Extraordinária.

Item nº 16:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 862, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre o licenciamento para o exercício de atividades econômicas no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

- | | |
|---------------------|--------|
| Relatores: Deputado | - CAF |
| Deputado | - CEOF |
| Deputado | - CCJ. |

Comunico aos Presidentes das Comissões de Assuntos Fundiários; Economia, Orçamento e Finanças e de Constituição e Justiça que os pareceres da matéria terão que ser proferidos.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a retirada da Emenda nº 15 ao Projeto de Lei nº 862, de 2008, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, pois ela já está contemplada na Emenda nº 24, de autoria vários Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	48

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a retirada das Emendas nºs 1 e 2, de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Acato a solicitação de V.Exa.

Estão retiradas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Deputado Leonardo Prudente, e a Emenda nº 15, da Bancada do PT.

(Assume a Presidência o Deputado Alírio Neto.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Solicito ao Deputado Leonardo Prudente que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre as emendas de plenário.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei nº 862, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o licenciamento para o exercício de atividades econômicas no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”, bem como às vinte e oito emendas apresentadas.

As Emendas nºs 1 e 2 foram retiradas pelo autor. As Emendas nºs 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 foram acatadas. A Emenda nº 13 foi acatada na forma de Subemenda nº 23. A Emenda nº 14 foi acatada. A Emenda nº 15 foi retirada pelo autor. A Emenda nº 16 foi acatada na forma de Subemenda nº 22. A Emenda nº 17 foi acatada na forma de Subemenda nº 25. A Emenda nº 18 foi acatada. A Emenda nº 19 foi acatada na forma de Subemenda nº 26. A Emenda nº 20 foi acatada. A Emenda nº 21 foi acatada. A Emenda nº 24 foi acatada. A Emenda nº 27 foi acatada. A Emenda nº 28 foi acatada.

Portanto, o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários é pela admissibilidade e pela aprovação do projeto quanto ao seu mérito no 1º turno, bem como na forma aqui relatada das vinte e oito emendas apresentadas.

Sr. Presidente, é o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Solicito ao Deputado Berinaldo Pontes que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	49

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 862, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o licenciamento para o exercício de atividades econômicas no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”, bem como às vinte e oito emendas apresentadas.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, nosso parecer é na forma do parecer da Comissão de Assuntos Fundiários.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Solicito à Deputada Eurides Brito que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 862, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o licenciamento para o exercício de atividades econômicas no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”, bem como às vinte e oito emendas apresentadas.

O projeto recebeu vinte e oito emendas. Dessas emendas, duas foram retiradas pelo autor, Deputado Leonardo Prudente. São as Emendas nº 1 e nº 2. Também foi retirada a Emenda nº 15. Assim, das vinte e oito emendas apresentadas, três foram retiradas, restando vinte e cinco emendas. As Emendas nºs 4 a 14, 16 a 20, todas de autoria do Partido dos Trabalhadores, foram acatadas. As Emendas nºs 21, 24, 27 e 28 foram acatadas.

O teor das emendas é do conhecimento de todos, porque participamos de mais de uma reunião de debate entre os Deputados e os autores das emendas. Nessas reuniões discutimos todos os aspectos, como a constitucionalidade das emendas e como elas seriam recebidas no contexto do projeto enviado pelo Governo.

Sr. Presidente, não há nenhum óbice à aceitação das emendas citadas no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	50

Portanto, somos pela admissibilidade do projeto nos termos das emendas acatadas.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 862, de 2008.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votarei contrariamente ao projeto. Penso que é positiva a ação do Governo no sentido de agilizar a retirada de um alvará. O tempo que se leva, hoje, para retirar um alvará é absurdo e inaceitável. Mas, por outro lado, sou radicalmente contrário a comércio em áreas residenciais. Isso desagrade os moradores daquela localidade. Em uma cidade planejada, área residencial e área comercial devem estar bem separadas. Como o projeto permite comércio em residências, voto contrariamente ao projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados. Houve 1 voto contrário do Deputado Reguffe.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a inclusão como item extrapauta do Requerimento nº 1.028, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que "requer a realização de audiência pública para debater a situação dos trabalhadores temporários inseridos no Programa Família Saudável".

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Item extrapauta:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	51

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.028, de 2008, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que “requer a realização de audiência pública para debater a situação dos trabalhadores temporários, inseridos no Programa Família Saudável”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O requerimento está aprovado com a presença de 14 Deputados.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo já fez a entrega informal dos projetos, como prioridades do Governo, para serem apreciados antes do recesso. Neste momento, eu gostaria de entregar, formalmente, os projetos do Governo para que V.Exa. solicite à Assessoria de Plenário a sua inclusão nas pautas de amanhã e quinta-feira.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Sem dúvida, Deputado.

Item nº 4:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 78, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “desafeta áreas e dispõe sobre a ocupação dos espaços intersticiais das quadras residenciais de Ceilândia - RA IX, em atendimento ao que determina o seu Plano Diretor Local”.

Relatores: Deputado Benício Tavares - CAF

Deputada Eurides Brito - CCJ.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu votarei contrariamente ao projeto por ser contra a desafetação de áreas públicas, principalmente em um caso como esse, em que os moradores têm muitas dúvidas quanto à eficácia do projeto. Não serei contrário se posteriormente houver uma destinação da área aos policiais militares. Essa é outra história.

Sou contra a desafetação de área pública que vai de encontro à vontade dos moradores. Por isso, votarei contrariamente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	52

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer que é essencial a aprovação desse projeto, haja vista que se trata de uma área destinada a policiais e bombeiros militares. Já foram realizadas várias audiências públicas para debater o assunto. Vários lotes e becos de Ceilândia já foram distribuídos. Sabemos que, com a doação desses lotes, há uma diminuição muito grande da violência no Distrito Federal, principalmente naquela cidade, porque evita que essas áreas sejam utilizadas por marginais no tráfico de drogas e na fuga da polícia judiciária e da polícia ostensiva.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em que pese a importância desta proposição, trata-se de um projeto de lei complementar que exige treze votos favoráveis. Parece-me não haver esse *quorum* no plenário.

Solicito uma conferência do número de Deputados antes de apreciarmos o projeto. Caso não haja *quorum*, solicito que a votação desse projeto seja transferida para a pauta de amanhã.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
5ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2007/2010

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP		X	
BENÍCIO TAVARES - PMDB		X	
BERINALDO PONTES - PP	+		
BISPO RENATO - PR	+		
BRUNELLI - DEM		X	
CABO PATRÍCIO - PT	X		
CHICO LEITE - PT		X	
CRISTIANO ARAÚJO - PTB		X	
DOUTOR CHARLES - PTB		X	
ELIANA PEDROSA - DEM		X	
ÉRIKA KOKAY - PT	X		
EURIDES BRITO - PMDB	X		
JAQUELINE RORIZ - PSDB	X		
LEONARDO PRUDENTE - DEM	X		
LUZIA DE PAULA - PSL	X		
MILTON BARBOSA - PSDB	X		
PAULO RORIZ - DEM		X	
PAULO TADEU - PT		X	
PEDRO DO OVO - PMN	X		
REGUFFE - PDT	X		
ROBERTO LUCENA - PMDB		X	
ROGÉRIO ULYSSES - PSB		X	
WILSON LIMA - PR	X		
ALÍRIO NETO - PPS	X		
TOTAL	13	11	

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	53

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Estão presentes 13 Deputados Há, portanto, *quorum* regimental.

Ainda estamos na discussão do Projeto de Lei Complementar nº 78.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como o Líder de Governo, eu também sugiro que apreciemos o projeto amanhã para que não corramos o risco de ver um projeto de vital importância para a sociedade do Distrito Federal ser derrotado.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero pedir a compreensão dos demais Pares para que amanhã e quinta-feira não realizemos como de costume os Comunicados de Líderes e de Parlamentares, haja vista termos matérias para serem votadas na Casa. Então, solicito que fôssemos mais pontuais, chegássemos às 15h e entrássemos diretamente na pauta, para que não seja causado nenhum transtorno depois aos Deputados e ao Governo, pois há necessidade de aprovarmos os projetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero corroborar com o que o Deputado Wilson Lima falou, para que todos cheguemos na hora. Os nobres Pares se ausentam por um motivo ou outro, e ficamos aqui contando *quorum* uma hora dessas. Parabenizo o Deputado Wilson Lima pela observação. É preciso que sejamos mais pontuais.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se não for possível suprimir os comunicados, que pelo menos possamos usar os Comunicados de Líderes e abrir mão dos Comunicados de Parlamentares para avançarmos na pauta.

Permita-me um registro que deixei de fazer no momento da votação dos projetos dos alvarás. Muitas e muitas reuniões técnicas foram realizadas. Cumprimento os técnicos e agradeço-lhes o trabalho incansável, especialmente ao Dr. Zé Roberto, do gabinete do Deputado Cristiano Araújo; ao Gustavo, do meu gabinete; ao Irimar, do Gabinete do PT, e a todos os demais que trabalharam na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2008	15h25	55ª Sessão Ordinária	54

redação, dia e noite, nos vários debates e embates com o Dr. Geovani, que é o Subsecretário das Cidades, e os demais membros do Poder Executivo.

Faço essa correção em relação ao trabalho realizado por esse competente grupo de técnicos.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no tocante à colocação do Deputado Wilson Lima, não há consenso de Líderes. Esta Casa é um parlamento. Logo, os Parlamentares querem falar nos Comunicados de Parlamentares, não só os Líderes. O que é preciso, como disse o Deputado Milton Barbosa, é que os Parlamentares cheguem na hora e permaneçam até o final da votação, principalmente os Parlamentares da base do Governo. Se há projetos de interesse do Executivo, que os Parlamentares permaneçam até o final das votações.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também quero falar nas sessões de amanhã e de quinta-feira. A melhor solução é começarmos às 15 horas, pontualmente. Assim, todos poderão falar até as 15h30min, 16h, no máximo, e as votações poderão começar em seguida.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência acata a questão de ordem dos Srs. Parlamentares. Retiro o projeto da pauta.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h33.)